

Indústria de Produtos Plásticos

Fernando Luiz E. Viana

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção, Doutor em Administração.
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB

Resumo: O plástico é um material essencial e amplamente utilizado na economia, em razão de sua versatilidade e presença em diversos setores, embora sua produção baseada predominantemente em matérias-primas fósseis e a crescente geração de resíduos ampliem as preocupações ambientais. O mercado global de produtos plásticos alcançou US\$ 1,14 trilhão em 2025 e deverá crescer, em média, 6,26% ao ano até 2030. No Brasil, a produção física do setor cresceu 1,3% em 2025, enquanto o emprego formal atingiu cerca de 395 mil vínculos, apesar do aumento da concorrência externa e do déficit comercial. As perspectivas são de crescimento moderado do valor da produção no âmbito nacional, da ordem de 1,9% ao ano (CAGR) até 2029, acompanhado por uma transformação estrutural orientada pela economia circular. Destacam-se a expansão do mercado de plásticos reciclados e as novas exigências regulatórias de logística reversa, recuperação de embalagens e incorporação de conteúdo reciclado. Nesse contexto, os investimentos e financiamentos devem priorizar modernização tecnológica, automação, eficiência produtiva, reciclagem, utilização de resinas recicladas e de origem renovável e desenvolvimento de produtos reutilizáveis ou recicláveis, em detrimento da simples expansão da capacidade produtiva.

Palavras-chave: Plásticos, Perspectivas, Circularidade

1 Contextualização

O presente documento apresenta informações sobre a indústria de produtos plásticos, englobando as atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE) que compõem o Grupo 22.2 (fabricação de produtos de material plástico) da Divisão 22 (Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico) da Seção C (indústria de transformação). Trata-se de um importante elo da cadeia petroquímica, responsável pela transformação de resinas termoplásticas e termofixas em uma ampla variedade de produtos destinados aos mais diversos mercados consumidores.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Expediente: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Rogerio Sobreira Bezerra (Economista-Chefe) Allisson David de Oliveira Martins (Gerente de Ambiente). Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais: Luciano F. Ximenes (Gerente Executivo), Biagio de Oliveira Mendes Junior, Fernando L. E. Viana, Francisco Diniz Bezerra, Jackson Dantas Coelho, Kamilla Ribas Soares, Maria de Fátima Vidal. Célula de Gestão de Informações Econômicas: Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo), Carlos Henrique Alves de Sousa, Márcia Melo de Matos, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Breno Pereira Aragão, Sânia da Silva Costa (Bolsistas de Nível Superior). O Caderno Setorial ETENE é uma publicação mensal que reúne análises de setores que perfazem a economia nordestina. O Caderno ainda traz temas transversais na sessão "Economia Regional". Sob uma redação eclética, esta publicação se adequa à rede bancária, pesquisadores de áreas afins, estudantes, e demais segmentos do setor produtivo.

Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bl A2 Térreo, Passaré, 60.743-902, Fortaleza-CE. <http://www.bnb.gov.br/etene>. E-mail: etene@bnb.gov.br

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte. SAC 0800 728 3030; Ouvidoria 0800 033 3030; bancodonordeste.gov.br

O plástico é um material essencial para o funcionamento da economia moderna, estando presente em praticamente todos os setores produtivos e em diversas atividades do cotidiano. Suas características de leveza, durabilidade, versatilidade, resistência química e baixo custo de transformação permitem sua utilização em embalagens, construção civil, agricultura, transporte, saúde, eletroeletrônicos e bens de consumo em geral. Em muitos casos, os produtos plásticos contribuem para o aumento da eficiência logística, a redução de desperdícios, a conservação de alimentos e medicamentos e a melhoria do desempenho de diversos sistemas produtivos. A natureza versátil do plástico e sua durabilidade tornam esse produto indispensável, levando à sua alta demanda e uso globalmente (Paletta et al., 2019).

Apesar da relevância econômica e funcional dos produtos plásticos, a crescente geração de resíduos pós-consumo vem ampliando o debate mundial sobre os impactos ambientais associados ao setor (Eriksen et al., 2020). A maior parte dos plásticos produzidos globalmente ainda é derivada de matérias-primas fósseis, o que associa sua produção à emissão de gases de efeito estufa e ao consumo de recursos não renováveis. Paralelamente, a inadequada gestão de resíduos em diversos países tem contribuído para o aumento da poluição terrestre e marinha, estimulando governos, empresas e consumidores a buscarem soluções voltadas à circularidade dos materiais.

Nesse contexto, a economia circular consolidou-se como o principal vetor de transformação estratégica da indústria global de plásticos. Regulamentações recentemente implementadas ou em fase de implementação em diferentes países vêm estabelecendo metas crescentes de reciclagem, exigências mínimas de conteúdo reciclado, mecanismos de responsabilidade estendida do produtor (EPR), sistemas de rastreabilidade e restrições a determinados produtos plásticos de uso único. Esses movimentos regulatórios estão provocando mudanças importantes nos modelos de negócios, nos fluxos logísticos e nas decisões de investimento de toda a cadeia de valor.

Paralelamente, observa-se forte expansão dos investimentos em reciclagem mecânica, reciclagem química, bioplásticos, embalagens recicláveis, digitalização da manufatura e sistemas de rastreamento de resíduos. A capacidade global de produção de bioplásticos continua em expansão, impulsionada pela busca por alternativas de menor impacto ambiental e pelo desenvolvimento de novas tecnologias de processamento. Esse movimento cria oportunidades relevantes para países com disponibilidade de matérias-primas renováveis, como o Brasil, particularmente em cadeias associadas à cana-de-açúcar e a outros insumos de origem agrícola.

Em termos econômicos, a indústria global de produtos plásticos continua apresentando trajetória de crescimento. O mercado mundial foi avaliado em aproximadamente US\$ 1.142 bilhões em 2025, crescimento de 5,8% em relação a 2024 e chegando a uma taxa anual média de crescimento (CAGR) de 7,38% entre 2020 e 2025 (The Business Research Company, 2026), sustentado principalmente pela expansão dos segmentos de embalagens, saúde, logística, comércio eletrônico, construção civil e indústria automotiva. A crescente eletrificação dos veículos, o aumento da demanda por embalagens de alimentos e medicamentos e a urbanização observada em economias emergentes continuam exercendo papel relevante na expansão do consumo mundial de produtos plásticos.

No Brasil, a indústria de produtos plásticos mantém importância estratégica tanto pela sua elevada capilaridade quanto pela forte integração com diversos setores econômicos. Em 2025, o setor contava com mais de 13 mil estabelecimentos e aproximadamente 395 mil empregos formais distribuídos por praticamente todas as unidades da federação. Entretanto, o ambiente competitivo tornou-se mais desafiador em função da crescente concorrência internacional, do aumento contínuo das importações e das novas exigências relacionadas à sustentabilidade e à circularidade.

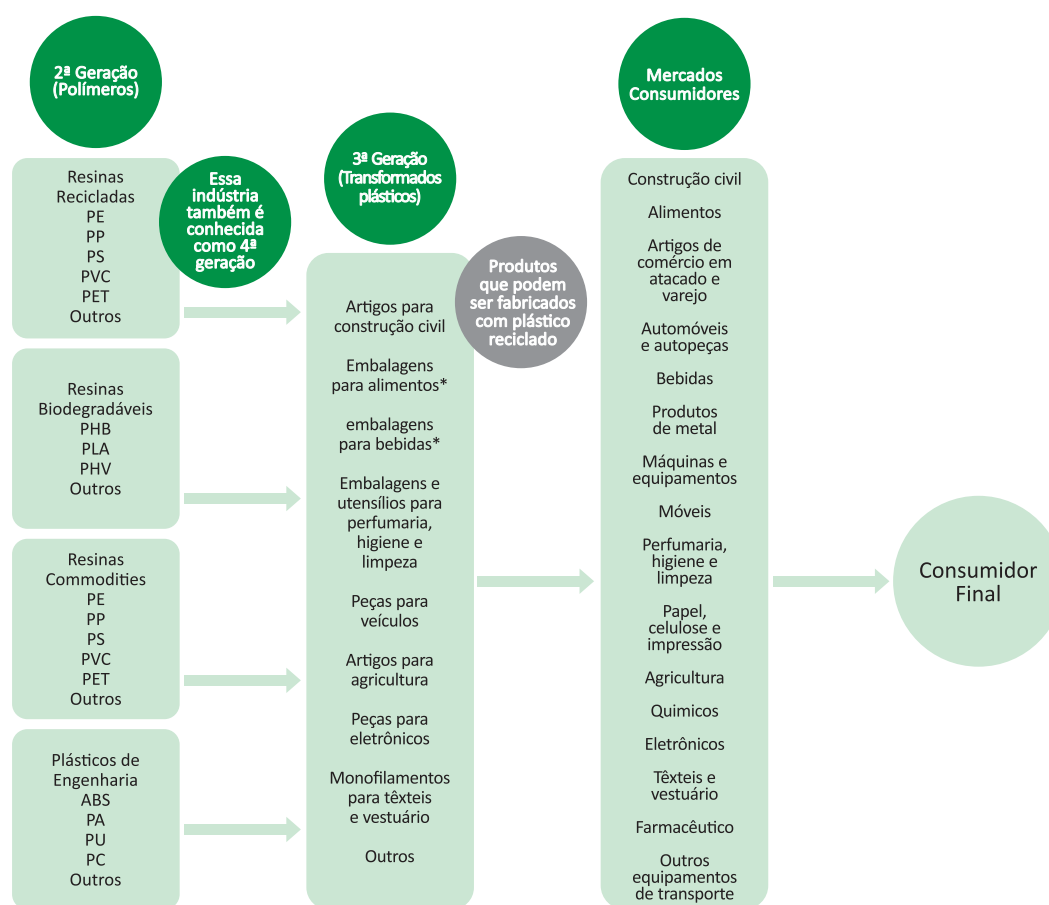
A partir do exposto, entende-se que a indústria de produtos plásticos atravessa um período de transição estrutural, no qual permanece beneficiada pelo crescimento da demanda global, mas passa a enfrentar pressões crescentes relacionadas à sustentabilidade, à inovação e à competitividade. Nesse novo contexto, a capacidade das empresas em incorporar princípios de economia circular, aumentar a produtividade, reduzir emissões e desenvolver produtos alinhados às novas exigências regulatórias deverá constituir um dos principais determinantes do desempenho do setor nos próximos anos.

A indústria de produtos plásticos engloba grande diversidade de produtos, sendo uma indústria consumidora de produtos da indústria petroquímica. Os produtos fabricados pelo setor podem ser distribuídos em quatro classes, conforme a classificação da CNAE:

- Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico;
- Fabricação de embalagens de material plástico;
- Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção;
- Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente.

A indústria petroquímica, que produz os polímeros plásticos, constitui o 1º nível de fornecedores da indústria de produtos plásticos, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Cadeia produtiva da indústria de produtos plásticos



Fonte: ABIPLAST (2023).

A Figura 1 mostra que diversos são os setores consumidores de produtos plásticos, mas alguns deles se destacam como principais consumidores, notadamente de tubos e embalagens plásticas. Em termos mundiais, em 2025, a segmentação do mercado de plásticos foi a seguinte: 19,7% para embalagens plásticas e filmes e folhas não laminados, 10,5% para tubos plásticos, 5,5% para produtos de uretano e outras espumas, 5,1% para garrafas plásticas, 5,0% para produtos de espuma de poliestireno, 2,6% para placas, folhas e perfis de plástico e 51,6% para outros produtos de plástico (The Business Research Company, 2026).

2 Desempenho Recente

A indústria brasileira de produtos plásticos apresentou desempenho positivo em 2025, embora em ritmo inferior ao observado em 2024. Os indicadores de produção, emprego e número de estabelecimentos evidenciam a continuidade da expansão do setor, porém em um contexto de desaceleração da atividade industrial e intensificação da concorrência internacional. Ao mesmo tempo, o crescimento

das importações e a ampliação do déficit comercial reforçam os desafios de competitividade enfrentados pelos fabricantes nacionais.

Nesse contexto, a análise do desempenho recente do setor contempla os indicadores de produção industrial, comércio exterior, emprego, estrutura empresarial e utilização da capacidade instalada.

2.1 Produção

A produção física da indústria de produtos plásticos manteve trajetória de crescimento em 2025, embora em intensidade significativamente inferior à observada no ano anterior. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE (IBGE, 2026), a fabricação de produtos de material plástico registrou expansão acumulada de 1,3% em 2025, após crescimento de 6,3% em 2024. Esse comportamento sugere um processo de acomodação da atividade após a forte recuperação observada no período pós-pandemia.

A desaceleração ocorreu de forma heterogênea entre os segmentos da indústria. O segmento de embalagens plásticas apresentou desempenho praticamente estável em 2025, com crescimento de apenas 0,3%, após expansão de 6,6% em 2024. Já o segmento de laminados planos e tubulares registrou retração de 1,3%, revertendo parte dos ganhos observados no período anterior. O segmento de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção também apresentou redução da produção, registrando queda de 1,6% em 2025.

Apesar da desaceleração observada no último ano, a análise de longo prazo demonstra que a indústria manteve relativa resiliência ao longo do período 2021-2025, beneficiando-se da demanda proveniente dos setores de embalagens, alimentos e bebidas, construção civil, agronegócio, saúde e bens de consumo.

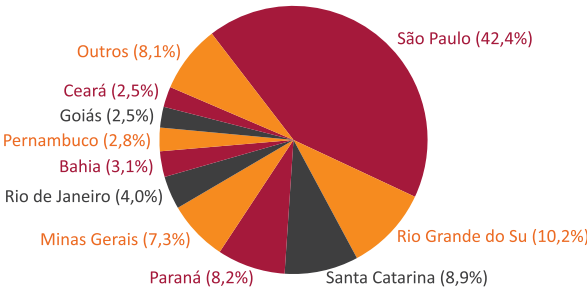
Tabela 1 – Evolução da produção (número índice) da indústria de produtos plásticos brasileira: 2021-2024

CLASSE CNAE	2021	2022	2023	2024	2025
22.2 Fabricação de produtos de material plástico	101,7	95,5	100,0	106,3	107,6
22.21 Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	93,1	92,0	94,0	98,7	97,5
22.22 Fabricação de embalagens de material plástico	99,7	96,7	98,6	105,1	105,5
22.23 Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	115,4	104,0	114,9	110,0	108,2

Fonte: IBGE (2026)1. Elaboração do BNB/ ETENE.
Nota: (1) Considerada a produção de 2019 = 100 para efeito de cálculo do número índice de cada período.

A indústria brasileira de produtos plásticos possui unidades produtivas nas 27 unidades da federação, pelo caráter multiuso dos produtos plásticos, o que demanda uma distribuição regional da produção. Entretanto, há forte concentração (91,9%) do parque fabril nos dez estados com maior quantidade de estabelecimentos, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição geográfica (%) das empresas brasileiras da indústria de produtos plásticos em 2025



Fonte: RAIS (2026). Elaboração do ETENE/BNB.

O número de estabelecimentos manteve trajetória ascendente. Em 2025, o setor contabilizou 13.023 estabelecimentos formais, ante 12.889 registrados no ano anterior. Esse resultado evidencia a continuidade da elevada capilaridade produtiva da indústria, caracterizada pela presença de um grande número de pequenas e médias empresas atuando em nichos específicos de mercado.

2.2 Mercado

O mercado de produtos plásticos no Brasil cresceu de US\$ 15.860,63 milhões em 2019 para US\$ 35.135,86 milhões em 2024, a um CAGR de 17,24%. Em 2025, o mercado atingiu US\$ 37.265,54 milhões e, considerando o período 2020–2025, o mercado de produtos plásticos do Brasil registrou um crescimento médio anual (CAGR) de 15, 73%, o segundo maior da América do Sul (The Business Research Company, 2025).

O comércio exterior da indústria de produtos plásticos continuou caracterizado por déficit estrutural em 2025. As exportações brasileiras do setor alcançaram aproximadamente US\$ 1,27 bilhão, correspondendo a crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior. As importações, por sua vez, atingiram aproximadamente US\$ 3,84 bilhões, registrando expansão superior à observada nas exportações. Entre os segmentos exportadores, destacaram-se os artefatos plásticos diversos, os laminados planos e tubulares e as embalagens plásticas (Tabela 2).

Tabela 2 – Exportações brasileiras de produtos plásticos (US\$ Mil FOB): 2021-2025

CLASSE CNAE	2021	2022	2023	2024	2025
Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	499.423	578.042	520.698	480.705	461.916
Fabricação de embalagens de material plástico	184.930	216.897	214.933	240.413	240.974
Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	133.133	120.724	110.100	122.772	137.878
Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	342.003	373.349	400.873	401.407	428.750
Total	1.159.488	1.289.012	1.246.603	1.245.296	1.269.518

Fonte: Funcexdata (2026). Elaboração do ETENE/BNB.

No caso das importações, observou-se forte participação dos laminados planos e tubulares e dos artefatos de material plástico não especificados anteriormente, segmentos que concentram parcela significativa das compras externas brasileiras (Tabela 3).

Tabela 3 – Importações brasileiras de produtos plásticos (US\$ Mil FOB): 2021-2025

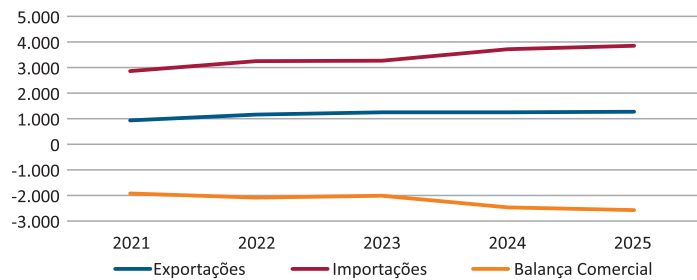
CLASSE CNAE	2021	2022	2023	2024	2025
Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	1.218.922	1.335.278	1.249.166	1.453.762	1.451.489
Fabricação de embalagens de material plástico	213.453	436.736	439.905	486.152	474.541
Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	229.282	236.401	289.520	318.768	386.869
Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	1.192.715	1.236.583	1.283.149	1.453.612	1.529.353
Total	2.854.373	3.244.997	3.261.740	3.712.294	3.842.252

Fonte: Funcexdata (2026). Elaboração do ETENE/BNB.

A pauta exportadora brasileira continuou concentrada em mercados da América Latina. Em 2025, Argentina, Chile, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai e Colômbia figuraram entre os principais destinos dos produtos plásticos brasileiros. No lado das importações, a China permaneceu como principal origem dos produtos comercializados no mercado brasileiro, seguida por Estados Unidos, Alemanha, Uruguai e Itália. A crescente participação asiática no fornecimento de produtos manufaturados em plástico constitui um dos principais fatores explicativos do aumento do déficit comercial observado nos últimos anos.

Como consequência do comportamento do comércio exterior de produtos plásticos, o déficit da balança comercial do setor ampliou-se para aproximadamente US\$ 2,57 bilhões em 2025, evidenciando o aumento da pressão competitiva exercida pelos produtos importados sobre o mercado doméstico (Gráfico 2). Os dados parciais de 2026 reforçam essa tendência de aumento do déficit, caso a dinâmica atual seja mantida até o final do ano. No acumulado de janeiro a agosto, as exportações apresentaram retração de aproximadamente 4,5%, enquanto as importações registraram crescimento de cerca de 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior

Gráfico 2 – Balança comercial da indústria brasileira de produtos plásticos no período 2021-2025 (US\$ milhões FOB)



Fonte: Funcexdata (2026). Elaboração do ETENE/BNB.

2.3 Emprego e Capacidade Instalada

A economia brasileira fechou 2025 com crescimento do PIB de 2,3% (Agência IBGE Notícias, 2026), com desaceleração em relação a 2024. A taxa média de desemprego atingiu o patamar mínimo desde que seu cálculo foi iniciado pelo IBGE em 2012, chegando a 5,6% ao final de dezembro/2025. Por outro lado, a inflação (IPCA) voltou a se inserir dentro do intervalo da meta, finalizando 2025 em 4,26%. Um dos fatores que contribuíram para a queda consistente da inflação foi a política monetária, que manteve a taxa de juros (Selic) em alto patamar, de 15% ao final de 2025. Esse cenário de juros altos encarece o crédito e torna mais difícil a tomada de decisão de novos investimentos por parte dos empresários. Já em 2026, a economia brasileira apresentou crescimento moderado, com expansão de 1,1% do PIB no primeiro trimestre e alta de 1,8% na comparação com igual período do ano anterior. A inflação acumulada até agosto foi de 3,11%, enquanto o IPCA em 12 meses alcançou 4,22%. Diante da desaceleração gradual da inflação, o Banco Central iniciou um ciclo de redução dos juros, levando a taxa Selic para 13,75% ao ano em setembro de 2026.

A indústria brasileira de produtos plásticos continuou apresentando crescimento do emprego formal em 2025. O número de vínculos ativos atingiu 394.655 trabalhadores, representando aumento de 1,7% em relação ao ano anterior. O resultado demonstra que, apesar da desaceleração observada na produção industrial, o setor continuou ampliando sua capacidade de geração de empregos. Considerando-se o período 2021-2025, observa-se um ciclo contínuo de crescimento do emprego no período. No caso da indústria de produtos plásticos do Nordeste, em que há forte concentração do emprego na Bahia e em Pernambuco, as duas maiores economias da região, o comportamento foi melhor do que o observado no cenário nacional, tendo em vista que houve crescimento de 23,1% entre 2021 e 2025, enquanto no agregado nacional o crescimento do nível de emprego foi de 18,3% (Tabela 4), ambos significativos.

Tabela 4 – Evolução do emprego na indústria petroquímica no período 2021-2025: Brasil, Nordeste e UF

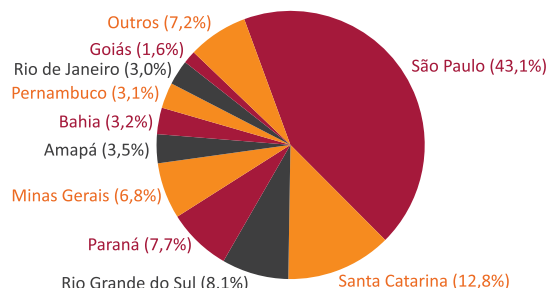
Estado	2021	2022	2023	2024	2025
Acre	102	95	105	106	107
Alagoas	3764	4129	4742	4958	5359
Amazonas	9823	10854	11468	28	30
Amapá	0	0	21	12921	13748
Bahia	10191	10592	11396	12606	12653
Ceará	4022	4603	4712	5214	5657
Distrito Federal	565	586	585	538	442
Espírito Santo	2865	2901	3039	3279	3483
Goiás	5036	5512	6016	6286	6198
Maranhão	427	553	552	542	498
Mato Grosso	1573	1764	1899	1936	1817
Mato Grosso do Sul	2081	2009	2018	2257	2321
Minas Gerais	22579	23826	24565	26895	26850
Pará	1147	1057	1067	1269	1318

Estado	2021	2022	2023	2024	2025
Paraíba	3162	3344	3276	3737	3803
Paraná	26408	26823	27327	29482	30231
Pernambuco	10967	12231	12236	12778	12196
Piauí	338	406	412	402	406
Rio de Janeiro	12533	13001	13412	13587	11875
Rio Grande do Norte	1724	1741	1646	1699	1806
Rio Grande do Sul	28627	28883	30164	31117	31841
Rondônia	243	239	246	239	277
Roraima	1	1	0	0	7
Santa Catarina	44185	44489	46721	50252	50355
São Paulo	141783	149334	155730	164645	170166
Sergipe	861	900	959	1001	1029
Tocantins	107	102	130	142	182
Região Nordeste	35.456	38.499	39.931	42.937	43.407
Brasil	335.114	349.975	364.444	387.916	394.655

Fonte: RAIS (2026). Elaboração do BNB/ ETENE.

O Estado de São Paulo congrega grande quantidade de empregos (43,1%) da indústria de produtos plásticos, já que, além de sua importância econômica para o Brasil, possui uma das grandes centrais petroquímicas do país, que produz resinas utilizadas na fabricação de produtos plásticos. Já o Nordeste concentra 11,0% do emprego da indústria de produtos plásticos brasileira, com Bahia e Pernambuco tendo maior importância, também devido a importâncias de suas economias para a região, bem como à presença de plantas da indústria petroquímica. Em linhas gerais, entende-se que a participação relativa do Nordeste na indústria de produtos plásticos é relativamente pequena, frente ao potencial econômico da região. O Gráfico 3 apresenta a distribuição geográfica dos empregos no setor em 2025.

Gráfico 3 – Distribuição geográfica (%) dos empregos na indústria de produtos plásticos brasileira em 2025



Fonte: RAIS (2026). Elaboração do BNB/ ETENE.

Em termos de remuneração, a massa salarial do setor superou R\$ 1,4 bilhão em dezembro de 2025. Os maiores volumes de remuneração permaneceram concentrados nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, refletindo a maior concentração de empresas e empregos nessas localidades (Tabela 5).

Tabela 5 – Total de vínculos empregatícios, valores de remuneração do trabalhador e participação percentual no total da indústria de produtos plásticos em 2025: Brasil, Nordeste e UF

Estado	Vínculos empregatícios	Valores Remuneração (R\$)	% Vínculos	% Remuneração
Acre	107	197.427	0,0%	0,0%
Alagoas	5.359	13.315.328	1,4%	0,9%
Amapá	30	41.691	0,0%	0,0%
Amazonas	13.748	47.642.084	3,5%	3,3%
Bahia	12.653	32.944.323	3,2%	2,3%
Ceará	5.657	11.385.109	1,4%	0,8%
Distrito Federal	442	752.083	0,1%	0,1%
Espírito Santo	3.483	11.116.861	0,9%	0,8%
Goiás	6.198	17.690.818	1,6%	1,2%
Maranhão	498	1.008.363	0,1%	0,1%
Mato Grosso	1.817	5.032.729	0,5%	0,3%
Mato Grosso do Sul	2.321	8.518.300	0,6%	0,6%
Minas Gerais	26.850	82.874.552	6,8%	5,7%
Pará	1.318	2.802.302	0,3%	0,2%
Paraíba	3.803	9.056.779	1,0%	0,6%
Paraná	30.231	105.818.136	7,7%	7,3%
Pernambuco	12.196	36.178.870	3,1%	2,5%
Piauí	406	804.034	0,1%	0,1%
Rio de Janeiro	11.875	37.303.119	3,0%	2,6%
Rio Grande do Norte	1.806	4.507.907	0,5%	0,3%
Rio Grande do Sul	31.841	123.758.937	8,1%	8,6%
Rondônia	277	579.181	0,1%	0,0%
Roraima	7	10.471	0,0%	0,0%
Santa Catarina	50.355	192.488.304	12,8%	13,3%
São Paulo	170.166	698.665.352	43,1%	48,3%
Sergipe	1.029	2.423.974	0,3%	0,2%
Tocantins	182	456.098	0,0%	0,0%
Região Nordeste	43.407	111.624.688	11,0%	7,7%
Brasil	394.655	1.447.373.133	100,0%	100,0%

Fonte: RAIS (2026). Elaboração do BNB/ETENE.

Em alguns estados chamam atenção as grandes divergências entre o percentual dos vínculos e da remuneração, para mais ou para menos. Entre os estados com maior percentual de vínculos, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem percentuais de vínculos menores do que os de remuneração, o que significa que a mão de obra nesses estados é mais bem remunerada do que a média do setor. Fenômeno contrário acontece na maioria dos outros estados, incluindo estados da Região Nordeste, com exceção do Maranhão e Piauí, além do Distrito Federal e do Mato Grosso do Sul, em que há igualdade nos percentuais de vínculos e remuneração.

Para se ter uma ideia da concentração dos empregos de maior qualificação do setor, utilizando-se como *proxy* os valores de remuneração disponíveis da RAIS, as tabelas 6 e 7 apresentam, respectivamente, as 10 maiores microrregiões do Brasil e do Nordeste, em 2025, em termos de remuneração do trabalhador da indústria de produtos plásticos.

Tabela 6 – Dez maiores microrregiões do Brasil em termos de valores de remuneração do trabalhador da indústria de produtos plásticos em 2025

Ranking Nacional	Microrregião	UF	Valores Remuneração (R\$)
1	São Paulo	SP	146.506.577
2	Campinas	SP	78.950.019
3	Joinville	SC	74.862.427
4	Guarulhos	SP	57.144.914
5	Jundiaí	SP	56.824.974
6	Curitiba	PR	56.435.421
7	Caxias do Sul	RS	49.882.701
8	Manaus	AM	47.632.076
9	Sorocaba	SP	45.817.149
10	Osasco	SP	45.355.345

Fonte: RAIS (2026). Elaboração do BNB/ETENE.

Percebe-se certa concentração das principais microrregiões em termos de valores de remuneração no estado de São Paulo e nos estados da Região Sul, estando então 6 delas localizadas no Sudeste (exclusivamente em SP), 3 no Sul e somente 1 no Norte, em Manaus.

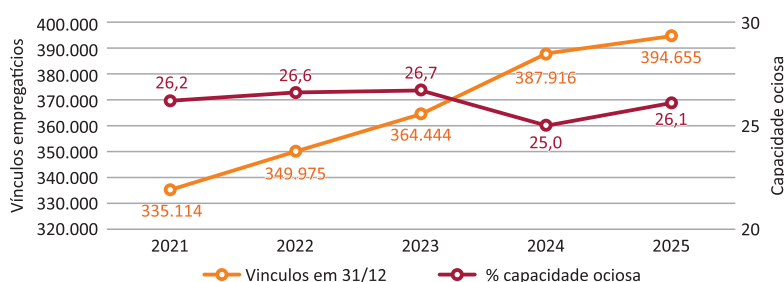
Tabela 7 – Dez maiores microrregiões do Nordeste em termos de valores de remuneração do trabalhador da indústria de produtos plásticos em 2025

Ranking Nacional	Microrregião	UF	Valores Remuneração (R\$)
22	Salvador	BA	17.978.004
24	Recife	PE	14.757.419
29	Maceió	AL	11.635.969
36	Suape	PE	8.869.624
38	Fortaleza	CE	8.764.477
46	Feira de Santana	BA	7.048.103
50	João Pessoa	PB	5.599.147
58	Vale do Ipojuca	PE	4.419.845
72	Vitória de Santo Antão	PE	2.845.901
75	Vitória da Conquista	BA	2.675.878

Fonte: RAIS (2026). Elaboração do BNB/ETENE.

Ao se observar os dados do Nordeste, percebe-se uma forte concentração dos maiores valores de remuneração em regiões metropolitanas das capitais, nos estados de Pernambuco (Recife, Suape, Vale do Ipojuca e Vitória de Santo Antão), Bahia (Salvador), Alagoas (Maceió), Ceará (Fortaleza) e Paraíba (João Pessoa). Além dessas microrregiões que fazem parte das regiões metropolitanas, aparecem também na lista microrregiões que englobam cidades médias de grande importância econômica na Bahia, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Chama atenção a grande quantidade de microrregiões localizadas na Bahia (3) e em Pernambuco (4), que refletem a importância econômica desses estados para o setor até em nível nacional, o que é consequência da presença de grandes indústrias do setor petroquímico em ambos os estados. Por outro lado, apesar da importância mencionada, a microrregião mais bem posicionada no Nordeste em termos de remuneração é apenas a 22ª colocada em nível nacional.

No que diz respeito à utilização da capacidade instalada da indústria de produtos plásticos, os indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que são referentes à indústria de borracha e material plástico, indicam que a utilização da capacidade instalada permaneceu relativamente estável ao longo dos últimos anos, oscilando predominantemente em torno de 74% a 75% (Gráfico 4), estando o índice de utilização da capacidade de 2025 abaixo da média do observado para o agregado da indústria de transformação no mesmo ano (78,1%).

Gráfico 4 – Desempenho recente do número de empregos e capacidade ociosa da indústria de produtos plásticos brasileira: 2021 a 2025

Fonte: RAIS (2026) e CNI (2026). Elaboração do BNB/ETENE.

O comportamento da capacidade instalada sugere que o setor ainda dispõe de margem para expansão da produção sem necessidade imediata de investimentos significativos em ampliação física das plantas industriais. Nesse contexto, os investimentos tendem a concentrar-se em modernização tecnológica, automação, eficiência produtiva e adequação às exigências ambientais e regulatórias emergentes.

3 Perspectivas

A indústria de produtos plásticos encontra-se diante de uma combinação de crescimento da demanda e transformação estrutural. Os plásticos permanecem essenciais para numerosas atividades econômicas devido a características como leveza, durabilidade, resistência, versatilidade e possibilidade de adaptação a diferentes aplicações. Em paralelo, os impactos associados ao consumo de matérias-primas fósseis e, principalmente, à geração e destinação inadequada dos resíduos vêm aumentando a pressão para modificar a maneira como esses produtos são projetados, fabricados, utilizados e reinseridos nos ciclos produtivos. Dessa forma, as perspectivas para o setor devem ser analisadas não apenas em função do crescimento esperado do mercado, mas também das mudanças tecnológicas, ambientais e regulatórias que tendem a alterar progressivamente a composição dessa demanda.

Nesse sentido, a OCDE (2024) traçou alguns cenários de evolução da produção e consumo de plásticos até ano de 2040, incluindo a produção de plásticos primários e secundários (reciclados), considerando as políticas atualmente existentes (aqui considerada a linha de base):

- A produção e o uso anual de plásticos devem aumentar de 435 milhões de toneladas (Mt) em 2020 para 736 Mt em 2040 no cenário de base. A participação de plásticos reciclados permaneceria inalterada em 6% do uso total de plásticos (41 Mt em 2040).
- Embora se espere uma melhora na gestão de resíduos, os avanços não acompanharão o crescimento dos resíduos plásticos (617 Mt em 2040, ante 360 Mt em 2020), resultando em 119 Mt de resíduos mal gerenciados em 2040 (aumento de 81 Mt em relação 2020).
- O vazamento de plásticos para o meio ambiente continuará (30 Mt em 2040, ante 20 Mt em 2020), amplificando os impactos ambientais e à saúde adversos. O estoque de plásticos em rios e oceanos quase dobrará, de 152 Mt em 2020 para 300 Mt até 2040.
- O ciclo de vida dos plásticos emitirá 2,8 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂e) de gases de efeito estufa (GEE) anualmente até 2040 (5% das emissões globais), acima dos 1,8 GtCO₂e em 2020, impulsionado principalmente pela produção e conversão de plásticos.

Medidas parciais, como respostas políticas focadas apenas no aprimoramento da gestão de resíduos, ou ações globais com ampla cobertura política, mas com baixo rigor político, provavelmente não conseguirão acabar com a poluição por plástico, assim como as respostas políticas com ações ambiciosas ao longo do ciclo de vida implementadas apenas em economias avançadas. Assim, a implementação de políticas rigorosas ao longo do ciclo de vida do plástico em todos os países pode impedir o crescimento da produção primária de plásticos em relação aos níveis de 2020 e praticamente acabar com o vazamento de plástico para o meio ambiente até 2040, o que poderia levar aos seguintes resultados (OCDE, 2024):

- i. Políticas rigorosas para conter a produção e a demanda (limitando o uso total de plásticos a 508 Mt em 2040), combinadas com políticas para aumentar as taxas de reciclagem (quadruplicando para 42%), podem garantir que todo o crescimento no uso de plásticos seja atendido por meio de plásticos reciclados, e não pela produção primária.
- ii. Este pacote de políticas pode praticamente eliminar os resíduos mal gerenciados até 2040 (97% abaixo dos níveis da Linha de Base) e evitar que 74 Mt de plásticos cheguem aos rios e oceanos em relação ao cenário da Linha de Base.
- iii. Ações políticas rigorosas podem reduzir as emissões de GEE relacionadas ao plástico para 1,7 GtCO₂e até 2040, bem abaixo do nível projetado da Linha de Base de 2,8 GtCO₂e para 2040.

A partir do exposto, percebe-se que, mesmo com as eventuais políticas a serem implementadas buscando minimizar os impactos da produção e consumo do plástico, o consumo de produtos plásticos deve continuar crescendo nos próximos anos, embora com maior crescimento do consumo de plásticos reciclados.

No cenário mundial, as perspectivas permanecem favoráveis ao crescimento. De acordo com a The Business Research Company (2026), o mercado global de produtos plásticos aumentou de US\$ 800,38 bilhões em 2020 para US\$ 1.142,45 bilhões em 2025, o que corresponde a uma taxa média anual de crescimento (CAGR) de 7,38%. Para os anos seguintes, projeta-se expansão para US\$ 1.547,39 bilhões em 2030, equivalente a uma CAGR de 6,26%. Entre os fatores que sustentam essa expansão estão a maior adoção de produtos recicláveis, o crescimento da demanda por componentes moldados de precisão, a maior utilização de componentes plásticos em veículos elétricos, a substituição de materiais por alternativas consideradas mais sustentáveis e os investimentos em processos produtivos inteligentes.

Embora a expansão prevista seja generalizada entre os principais segmentos, existem diferenças importantes de dinamismo. Para 2025-2030, a maior taxa de crescimento é projetada para placas, folhas e perfis laminados de plástico, com CAGR de 7,49%, seguida por tubos e perfis plásticos, com 6,86%, e outros produtos plásticos, com 6,55%. Embalagens plásticas, filmes e folhas não laminadas deverão crescer, em média, 5,49% ao ano, enquanto garrafas plásticas deverão apresentar expansão média anual de 5,30%. Apesar das diferenças de classificação em relação às classes da CNAE utilizadas neste estudo, esses resultados indicam que o crescimento não deverá ficar restrito às embalagens e que aplicações relacionadas à construção civil, infraestrutura e demais usos industriais continuarão constituindo importantes fontes de demanda (The Business Research Company, 2026).

As perspectivas para o Brasil são igualmente de crescimento, embora em ritmo inferior ao projetado para o mercado mundial. Segundo a Euromonitor International (2025), o valor da produção brasileira de produtos plásticos alcançou US\$ 28,9 bilhões em 2024, correspondente a 34,4% do total latino-americano, colocando o País na primeira posição regional. Entre 2024 e 2029, o valor da produção deverá apresentar crescimento médio anual de 1,9%, mantendo o Brasil como maior produtor da América Latina em 2029. Em crescimento absoluto da produção durante esse período, o País deverá ocupar a terceira posição entre as 13 economias latino-americanas analisadas. Entretanto, em termos de crescimento percentual, o Brasil ocupa a última posição regional, característica que sugere um mercado de grande escala e relativamente maduro.

Nesse contexto, uma das tendências que deverá exercer maior influência na competitividade futura das empresas do setor é a modernização tecnológica do parque produtivo. Inovações em tecnologias de fabricação, como o desenvolvimento de plásticos de base biológica e recicláveis, devem melhorar tanto a produção quanto a sustentabilidade dos plásticos, alinhando-se à demanda do consumidor por produtos mais ecologicamente corretos. Além disso, iniciativas de sustentabilidade estão ganhando força, impulsionadas pelo apoio regulatório e pela conscientização crescente do consumidor sobre as preocupações ambientais. Essa mudança está levando os fabricantes a adotar materiais ecologicamente corretos, como os bioplásticos, que devem crescer significativamente. Melhorias contínuas nas tecnologias de processamento de plásticos, incluindo automação, robótica e sistemas de controle digital, também estão aumentando a eficiência da fabricação e atraindo indústrias que buscam precisão e velocidade em seus processos de produção. Além disso, a mudança em direção à sustentabilidade está

estimulando as empresas a investir em plásticos biodegradáveis, aprimorar as tecnologias de reciclagem e implementar práticas de economia circular (Mordor Intelligence, 2026).

Assim sendo, os diversos agentes da cadeia do plástico tais como produtores de resinas, fabricantes de produtos plásticos, usuários dos produtos, associações setoriais, órgãos reguladores, entre outros, têm discutido e implementado ações relacionadas à circularidade dos plásticos, por meio da adoção de princípios da Economia Circular. Dentro dessa lógica, o maior uso de resinas de base biológica (os chamados bioplásticos), bem como resinas produzidas a partir de plástico reciclado, têm sido duas das principais frentes de atuação, e a União Europeia tem sido um importante locus de adoção dessas medidas, inclusive com a adoção de exigências de incorporação de resinas recicladas na composição de produtos plásticos, notadamente embalagens (Viana et al., 2025).

Esse movimento, que não é restrito à Europa, tem alavancado o mercado mundial de plásticos reciclados. O mercado global de plásticos reciclados pós-consumo foi avaliado em US\$ 18.813,4 milhões em 2025 e estima-se que cresça para US\$ 25.794,1 milhões em 2030, gerando uma oportunidade incremental de US\$ 6.980 milhões, o que implica um CAGR de aproximadamente 6,5% (Technavio, 2026). Os principais vetores de crescimento para esse mercado são: (1) Mandatos regulatórios de conteúdo reciclado; (2) Compromissos corporativos de grande escala (por exemplo, da Coca-Cola Company); (3) Investimentos em infraestrutura de inspeção e triagem; (4) Pressão competitiva no setor automotivo e; (5) Desenvolvimento de tecnologias de maquinário para o processamento de plásticos reciclados pós-consumo. Por outro lado, fatores como a volatilidade das matérias-primas, a fragmentação geopolítica (regionalização da indústria petroquímica) e os desafios de qualidade e escala são fatores de risco para a evolução do setor.

No Brasil, no âmbito regulatório, a perspectiva de expansão do uso de resinas recicladas foi significativamente reforçada pelo Decreto nº 12.688/2025 (Brasil, 2025), que instituiu o sistema de logística reversa de embalagens plásticas e, pela primeira vez em nível federal, estabeleceu metas quantitativas mínimas de conteúdo reciclado incorporado às embalagens. Para as embalagens abrangidas pela regra geral, fabricantes e importadores deverão alcançar um índice nacional de 22% em 2026, percentual que aumentará para 24% em 2027, 26% em 2028, 28% em 2029 e 30% em 2030, seguindo trajetória gradual até atingir 40% em 2040. As exigências tornaram-se obrigatórias em janeiro de 2026 para empresas de grande porte e em julho do mesmo ano para empresas de pequeno e médio porte. Paralelamente, o Decreto estabelece metas de recuperação das embalagens colocadas no mercado, de 32% em 2026, 37% em 2030 e 50% em 2040, sendo o cumprimento do sistema condicionado ao atendimento cumulativo dos índices de recuperação e de conteúdo reciclado.

A abrangência dessas metas, contudo, apresenta diferenças relevantes segundo a aplicação da embalagem. O próprio Decreto nº 12.688/2025 exclui da meta geral de conteúdo reciclado as embalagens submetidas a regulamentação específica, mencionando expressamente as embalagens de alimentos. Nesse segmento, prevalecem os requisitos sanitários estabelecidos pela Anvisa, em razão dos riscos associados à migração de contaminantes.

As novas exigências tendem, portanto, a constituir um vetor estrutural de aumento da demanda por resinas pós-consumo recicladas (PCR) na indústria brasileira de produtos plásticos, sobretudo nos segmentos de embalagens não submetidos a regulamentações setoriais específicas. Além de elevar progressivamente o volume de material reciclado requerido pela indústria até 2040, o novo marco associa as metas de incorporação ao avanço da recuperação das embalagens pós-consumo e prevê mecanismos de rastreabilidade e comprovação dos materiais utilizados, reforçando a necessidade de expansão e qualificação da cadeia de coleta, triagem, reciclagem e produção de resinas PCR. No segmento alimentício, embora não incida a meta geral de conteúdo reciclado do Decreto, a existência de uma rota sanitariamente autorizada para o PET-PCR abre igualmente espaço para sua maior utilização, condicionada, nesse caso, à disponibilidade de material de grau alimentício e ao atendimento dos requisitos específicos da Anvisa. Assim, a regulação tende não apenas a ampliar o mercado para resinas recicladas, mas também a favorecer investimentos em capacidade de reciclagem, descontaminação, rastreabilidade e controle de qualidade, com potenciais repercussões sobre a estrutura e os investimentos futuros da indústria de transformação de plásticos.

A situação atual do Brasil no que diz respeito à reciclagem do plástico é desfavorável em relação aos países mais avançados em termos de iniciativas relacionadas à circularidade do plástico, mas tem melhorado nos últimos anos, com a perspectiva de crescimento significativo em função da nova regulação. De acordo com a ABIPLAST (2026), o índice de recuperação de plásticos pós-consumo no Brasil chegou a 25,3% em 2025; sendo ainda maior no caso das embalagens (31,4%), patamar que se aproxima das metas do Decreto nº 12.688/2025. Nesse mesmo ano, a produção de resina plástica reciclada pós-consumo (PCR) cresceu 5,1% em relação a 2024, totalizando 1,06 milhão de toneladas. O avanço da produção de reciclados se refletiu no desempenho econômico e social do setor de reciclagem mecânica. O número de empregos diretos chegou a 21.013, alta de 4,9% em relação a 2024 e o maior volume de toda a série histórica acompanhada pelo estudo desde 2018, superando inclusive o pico de produção registrado em 2022. Já o faturamento bruto nominal da indústria de reciclagem mecânica alcançou R\$ 4,2 bilhões em 2025, crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior. Esses dados indicam uma recuperação da indústria de reciclagem mecânica, mas também mostram que o crescimento sustentável do setor exige avanços em toda a cadeia. A disponibilidade de resíduos com qualidade, a regularidade do fornecimento, a eficiência da coleta e da triagem e a competitividade da resina reciclada diante da matéria-prima virgem são fatores decisivos para reduzir a ociosidade e ampliar a produção.

O mercado brasileiro de plásticos reciclados pós-consumo foi avaliado em US\$ 788,4 milhões em 2025 e estima-se que cresça para US\$ 1.140,8 milhões em 2030, gerando uma oportunidade incremental de US\$ 352,3 milhões, o que implica um CAGR de aproximadamente 7,7% (Technavio, 2026).

Considerando conjuntamente os diversos fatores explorados, entende-se que as perspectivas para a indústria brasileira de produtos plásticos são moderadamente positivas, porém marcadas por crescente pressão competitiva e por uma transformação estrutural do padrão tecnológico e ambiental do setor. A dimensão do mercado brasileiro, a liderança do País na produção latino-americana e as perspectivas de expansão de importantes setores consumidores sustentam o crescimento da demanda. Por outro lado, a menor taxa esperada de crescimento da produção brasileira em relação ao mercado mundial, a baixa inserção exportadora, a ampliação recente do déficit comercial e a posição relativamente desfavorável em termos de rentabilidade apontam para a necessidade de aumentar a competitividade dos fabricantes nacionais.

Nesse ambiente, os investimentos e, por conseguinte, os financiamentos não devem se concentrar na expansão física da capacidade produtiva. Entende-se que há espaço relevante para projetos voltados à modernização tecnológica, automação, digitalização, eficiência energética, redução das perdas de matéria-prima e melhoria da produtividade. Investimentos em equipamentos capazes de operar eficientemente com materiais reciclados e biopolímeros deverão igualmente ganhar importância à medida que aumentem as exigências de circularidade dos mercados consumidores. Adicionalmente, permanecem atrativos os investimentos relacionados à reciclagem mecânica e, nos casos em que exista viabilidade técnica, econômica e ambiental comprovada, tecnologias complementares de reciclagem avançada, assim como a fabricação de embalagens reutilizáveis ou recicláveis, produtos monomateriais, incorporação de resina reciclada pós-consumo, logística reversa, rastreabilidade e desenvolvimento de produtos fabricados com matérias-primas de origem renovável. A carência de infraestrutura de reciclagem no Brasil amplia o potencial de projetos que integrem coleta, triagem, processamento e reinserção dos resíduos como matéria-prima industrial.

Para a Região Nordeste, essas oportunidades podem adquirir importância adicional. A participação regional no emprego da indústria de produtos plásticos permanece relativamente modesta diante do peso econômico e populacional da região, embora Bahia e Pernambuco possuam importantes ativos petroquímicos e vários estados apresentem mercados consumidores de escala relevante. Projetos que articulem produção de transformados, infraestrutura de reciclagem, modernização tecnológica e aproveitamento de matérias-primas renováveis podem contribuir para fortalecer a cadeia regional e reduzir custos relacionados ao transporte de matérias-primas secundárias e resíduos por longas distâncias. Em sentido oposto, recomenda-se maior cautela em relação a investimentos fortemente dependentes de produtos plásticos descartáveis de uso único, aplicações de baixa reciclabilidade ou modelos de negócio baseados exclusivamente em resinas virgens quando já existirem alternativas técnica e econômica.

mente viáveis. O avanço das regulamentações de responsabilidade pós-consumo, conteúdo reciclado e ecodesign tende a elevar gradativamente os custos de conformidade e pode reduzir a atratividade de determinados produtos, criando risco de obsolescência para equipamentos excessivamente especializados em aplicações sujeitas a restrições futuras.

4 Sumário Executivo Setorial

Ambiente político-regulatório	A indústria de produtos plásticos está sujeita a diversas regulamentações, dependendo do tipo de produto. Por exemplo, as embalagens para alimentos e bebidas estão sujeitas à regulamentação da ANVISA. Já os produtos plásticos para uso na construção civil estão sujeitos a normas técnicas específicas da ABNT e do INMETRO. Atualmente estão em discussão alguns projetos de lei voltados à diminuição da geração de resíduos plásticos e à circularidade. Um importante destaque de mudança recente de legislação diz respeito ao Decreto 12.688/2025, que instituiu o sistema de logística reversa de embalagens plásticas e, pela primeira vez em nível federal, estabeleceu metas quantitativas mínimas de conteúdo reciclado incorporado às embalagens. Para as embalagens abrangidas pela regra geral, fabricantes e importadores deverão alcançar um índice nacional de 22% em 2026, percentual que aumentará para 24% em 2027, 26% em 2028, 28% em 2029 e 30% em 2030, seguindo trajetória gradual até atingir 40% em 2040. As exigências tornaram-se obrigatórias em janeiro de 2026 para empresas de grande porte e em julho do mesmo ano para empresas de pequeno e médio porte. Paralelamente, o Decreto estabelece metas de recuperação das embalagens colocadas no mercado, de 32% em 2026, 37% em 2030 e 50% em 2040, sendo o cumprimento do sistema condicionado ao atendimento cumulativo dos índices de recuperação e de conteúdo reciclado. Tal decreto pode se constituir em grande direcionador da circularidade das embalagens plásticas no Brasil.
Meio ambiente – efeito das mudanças climáticas	Apesar de ter muitas propriedades desejáveis, o plástico está associado a várias preocupações ambientais, incluindo a liberação de CO₂ na incineração e dependência geral de recursos fósseis. Com isso, todos os países precisarão implementar políticas para reduzir a demanda por plásticos, aumentar a vida útil dos produtos por meio de reparo e reutilização e melhorar a gestão de resíduos e a reciclabilidade. Desse modo, os investimentos das empresas devem estar direcionados à produção de produtos plásticos que estejam alinhados às novas necessidades do mercado e à crescente preocupação com os resíduos plásticos, o que inclui produtos que utilizem resinas plásticas de origem biológica (bioplásticos), bem como produtos que sejam reutilizáveis e/ou recicláveis.
Nível de organização do setor existência de instituições de pesquisas específica para setor, existência de associações etc.	A principal entidade representativa do setor é Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST, que tem a missão de valorizar o plástico, de promover o setor e sua competitividade, bem como os avanços tecnológicos bem como os avanços tecnológicos com foco na sustentabilidade, atuando de forma protagonista perante os órgãos governamentais na garantia e defesa dos direitos da indústria brasileira de transformados e reciclagem de plástico. Para manter forte essa representação, a entidade conta com o trabalho conjunto e colaborativo de 21 sindicatos estaduais, que fortalecem o setor regionalmente, e associações parceiras, que contribuem para reiterar a importância do setor. A ABIPLAST tem capitaneado suas empresas associadas na implementação de iniciativas voltadas à circularidade dos plásticos, em alguns casos envolvendo parcerias entre empresas de diferentes segmentos da cadeia de suprimento
Resultados das empresas que atuam no setor	Utilizando-se uma amostra de 18 empresas do setor que apresentaram informações financeiras auditadas, nos anos de 2024 ou 2025, obteve-se retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) médio anualizado de 14,60%, com desvio-padrão de 35,22%. A mesma amostra restringe-se a 15 empresas com valores disponíveis para a margem EBDITA, com média de 8,06% e desvio-padrão de 12,88%. É importante mencionar que essa amostra de 18 empresas só contém uma empresa sediada na Região Nordeste, especificamente em Fortaleza-CE.
Perspectivas para o setor	As perspectivas para a indústria de produtos plásticos permanecem favoráveis, embora marcadas por crescente pressão competitiva e pela transição para modelos produtivos mais circulares. O mercado global de produtos plásticos deverá crescer, em valor, a uma taxa média anual (CAGR) de 6,26% entre 2025 e 2030, alcançando cerca de US\$ 1,55 trilhão, impulsionado, entre outros fatores, pela maior adoção de produtos recicláveis, pelo crescimento de aplicações em veículos elétricos e pelos investimentos em automação, digitalização e processos produtivos inteligentes. No Brasil, embora as perspectivas também sejam de expansão, projeta-se crescimento mais moderado do valor da produção, com CAGR de 1,9% entre 2024 e 2029. Em contrapartida, o mercado brasileiro de plásticos reciclados pós-consumo tende a apresentar maior dinamismo, com crescimento médio anual estimado em 7,7% entre 2025 e 2030, favorecido pelas novas exigências regulatórias de recuperação de embalagens e incorporação de conteúdo reciclado. Nesse contexto, ganham relevância os investimentos em modernização tecnológica, reciclagem, utilização de resinas recicladas e de origem renovável, eficiência produtiva e desenvolvimento de produtos reutilizáveis ou recicláveis.

Referências

Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST. **Setor de reciclagem mecânica de plásticos recupera produção, faturamento e empregos em 2025**. Set. 2026. Disponível em <https://www.abiplast.org.br/noticias/setor-de-reciclagem-mecanica-de-plasticos-recupera-producao-faturamento-e-empregos-em-2025/> Acesso em 30 set. 2026.

Brasil. Decreto nº 12.688, de 21 de outubro de 2025. Regulamenta o art. 32, § 1º, e o art. 33, § 1º, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de plástico. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12688.htm Acesso em 29 setembro 2026.

Confederação Nacional da Indústria – CNI. **Indicadores CNI**. Disponível em <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=100> Acesso em 11 set. 2026.

Eriksen, M. K.; Pivnenko, K.; Faraca, G.; Boldrin, A.; Astrup, T. F. Dynamic Material Flow Analysis of PET, PE, and PP Flows in Europe: Evaluation of the Potential for Circular Economy. **Environmental Science & Technology**, v. 54, n. 24, p. 16166-16175, 2020.

Funcexdata. **Estatísticas de comércio exterior**. Disponível em <http://www.funcexdata.com.br/busca.asp> Acesso em 11 set. 2026 (Acesso Restrito).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa industrial mensal Pessoa Física – PIM-PF**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3650> Acesso em 11 set. 2026.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. **Policy Scenarios for Eliminating Plastic Pollution by 2040**. OECD Publishing, Paris, 2024. <https://doi.org/10.1787/76400890-en>.

Paletta, A.; Leal Filho, W.; Balogun, A.; Foschi, E.; Bonoli, A. Barriers and challenges to plastics valorisation in the context of a circular economy: Case studies from Italy. **Journal of Cleaner Production**, v. 241, 118149, 2019.

RAIS - Relação anual de informações sociais. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php> Acesso em 17 set. 2026.

Technavio – Global Industry Research. **Global Post-Consumer Recycled Plastics Market 2026-2030**. Junho 2026. Disponível em <https://www.emis.com/v2/documents/report/960419689> Acesso em 30 set. 2026 (acesso restrito).

The Business Research Company. **Global Plastic Products Market Briefing 2026**. Abril 2026. Disponível em <https://www.emis.com> Acesso em 10 set. 2026 (Acesso Restrito).

The Business Research Company. **Brazil Plastics and Rubber Products Market Report 2025**. May 2025 Edition. Disponível em <https://www.emis.com> Acesso em 07 jul. 2025 (Acesso Restrito).

Viana, F. L. E.; Guedes, M. S. B.; Araújo, F. T. V.; De Figueiredo, M. D.; Feitosa, L. I. Transition to Circular Economy in the Brazilian Plastic Industry Supply Chain. **Revista de Administração de Empresas**, v. 65, n. 4, e2024-0152, 2025.

Todas as edições do caderno setorial disponíveis em:
<https://www.bnb.gov.br/etene/caderno-setorial>

Conheça outras publicações do ETENE
<https://www.bnb.gov.br/etene>